

## LITERATURA EUROPEIA E CONSTRUÇÃO COLONIAL DA REALIDADE AMERICANA

319

DARÍO VILLANUEVA  
(Univ. de Santiago de Compostela)

A 8 de Abril de 1892, em plena comemoração do quarto centenário da descoberta da América, desembarca no porto mexicano de Veracruz um jovem galego chamado Ramón José Simón Valle y Peña, que já de volta a Espanha e com o nome pelo qual o conhecemos – Ramón de Valle-Inclán – viria a publicar onze anos depois a *Sonata de estío*. Nela, como bem é sabido, o seu *alter ego*, o Marquês de Bradomín, chega jovem a esse mesmo cenário americano, e nunca foi melhor utilizada a palavra cenário, pois se algo caracteriza esta personagem ao longo das quatro partes que compõem as suas *Memorias* é o seu constante esforço para acomodar a sua conduta a modelos dotados de especial atracção para ele. E assim, no começo da *Sonata de estío* escreve o Bradomín narrador proposito: «al desembarcar en Veracruz, mi alma se llenó de sentimientos heroicos. Yo crucé ante la Niña Chole orgulloso y soberbio como un conquistador antiguo. Allá en sus tiempos mi antepasado Gonzalo de Sandoval, que fundó en México el reino de la Nueva Galicia, no habrá mostrado mayor desvío ante las princesas aztecas sus prisioneras, y sin duda la Niña Chole era como aquellas princesas que sentían el amor al ser ultrajadas y vencidas, porque me miraron largamente sus ojos y la sonrisa más bella de su boca fue para mí. La deshojaron los labios como las esclavas deshojaban las rosas al paso triunfal de los vencedores. Yo, sin embargo, supe permanecer desdeñoso» (Valle-Inclán: 1988, 115). Sublinho esta última frase pelo que tem de empotação de toda uma identidade, como um signo ou um complexo de signos construídos pela personagem tanto no momento vivido como no relato que lhe corresponde.

Bradomín, quando realiza a sua descoberta particular da América, quatro séculos depois da colombina, acomoda a sua figura ao que supõe ter sido o proceder dos descobridores, os seus antepassados. Bradomín constrói-se semioticamente, como o dramaturgo erige com signos as personagens do seu drama. Mas, teria sido inaceitável postular que os modelos em cujo espelho se olha Xavier – os conquistadores – se teriam transfigurado também semioticamente ao pisar o Novo Mundo?

Assim foi, realmente. Bradomín não só arremeda a atitude orgulhosa de Cortés e os seus, mas também imita a sua própria impostura e empotação: o seu talante fingido e a sua voz mendaz. Bem o mostra reiteradamente Bernal Díaz del Castillo na sua *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*, redigida em 1551, quando

estava a ponto de sair dos prelos de Juan de Junta em Burgos a verdadeira *editio princeps* de *La Vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades*. Sirva como prova de convicção tão-só uma citação tomada do cronista. Quando Moctezuma abre a cidade de México a Hernán Cortés, cita-o na praça de Tatelulco onde se levantava o “gran cu”, a pirâmide escalonada com cento e catorze degraus de árdua subida, em cujo topo se encontrava o santuário de Tezcatepuca e Huichilobos: «E así como llegamos, salió el gran Montezuma de un adoratorio donde estaban sus malditos ídolos, que era en lo alto del gran cu, y vinieron con él dos papas, y con mucho acato que hicieron a Cortés e a todos nosotros le dijeron: “Cansado estaréis, señor Malinche de subir a este nuestro gran templo”. Y Cortés le dijo con nuestras lenguas [intérpretes], que iban con nosotros, que él ni nosotros no nos cansábamos en cosa ninguna» (Díaz del Castillo: 1989, 258).

Tais signos de fortaleza amiúdam na estratégia de Cortés, assim como as suas impressionantes paragens militares perpetradas como instrumento para evitar a batalha, ou o ardil de construir uma catapulta que não funcionava, mas que era generosamente ponderada e exibida. López de Gomara recolhe uma arenga sua aos escassos soldados que o seguiam, onde vem a dizer-lhes que o resultado da conquista depende, sobretudo, de “nuestra reputación”. Reputação fera, bem entendido. Por tudo isto, é muito fácil responder à pergunta que Tzvetan Todorov (1982, 68) formula no final de um dos capítulos do seu livro sobre a conquista da América: «Les Espagnols auraient-ils triomphé sur les Indiens à l'aide des signes?»

Este autor, que qualifica Colombo de grande hermeneuta, não emprega nem uma só vez, segundo creio lembrar-me, o conceito de Pragmática, mas a sua interpretação da Conquista cai como uma luva para a reivindicação desta Cinderela semiótica que estuda os signos em relação a quem os empregar. Todorov vê em 1492 um momento crucial na descoberta que o *eu europeu* faz do *outro americano*, e vice-versa. Mas de que identidades se tratava? Não, por certo, de identidades autênticas, reais, sólidas, unívocas, pois por pouco lacanianos que formos, havemos de convir que o *eu* é uma projecção, precisamente, da alteridade. É, também, um signo.

Posteriormente à aportação de Todorov, Stephen Greenblatt (1991) voltou sobre o mesmo assunto a pôr a ênfase sobre os aspectos políticos da apropriação colonialista do Novo Mundo por parte dos europeus (não só dos espanhóis), aos quais reconhece, como já o tinha feito Todorov, uma vantagem mais decisiva que a puramente instrumental ou a derivada do uso da escritura: a esmagadora superioridade da sua “tecnologia do simbolismo”. A viagem de Colombo, como escreve Greenblatt (1991, 14), iniciou um século de estupefacção e assombro, ao que os conquistadores responderam pondo em jogo todas as suas estratégias discursivas e “representational practices”, até ao extremo de que «the early discourse of the New World is, among other things, a record of the colonizing the marvelous» (Greenblatt: 1991, 24-25).

Efectivamente, nem só intervieram naquele excepcional evento semiótico os signos que os protagonistas criavam *ad hoc*, com a sua *actio* retórica. Não tiveram menor importância signos herdados das culturas de ambas as margens do mar oceânico que actuaram a modo de pressuposições, no sentido em que o próprio Umberto Eco (e com ele, Patrizia Violi) desenvolve este conceito nos seus livros (Eco: 1992, 302 e ss.). Ele situa-o no ponto de intersecção da Semântica e da Pragmática propriamente dita, mas – são as suas palavras – «el enfoque pragmático parece más cercano a la naturaleza de la actividad presuposicional propia de la comunicación» (Eco: 1992, 305). Esta actividade comprehende, por uma parte, as condições de felicidade que governam o uso das expressões e, pela outra, o conhecimento recíproco dos participantes no processo comunicativo. Em suma, os pilares de toda a cooperação conversacional, textual ou, em termos mais gerais, semiótica.

Jogaram a favor dos invasores europeus numerosas pressuposições que germinaram nos nativos americanos que os viram arribar. Assim por exemplo, o mito de Quetzalcoatl, o governante quase-divino que teve de abandonar o Reino dos Cholultecas em direcção ao Leste mas cujo retorno do mar para recuperá-lo estava anunciado. Esta pressuposição explica a atitude de Moctezuma face a Cortés, ao qual se reconhece como signo redivivo do ausente. E são numerosas as profecias de alcance semelhante, como a formulada pelo maia Ah Xupan Nauat, que no século XI da nossa era tinha previsto a invasão de Yucatán para começos de mil e quinhentos.

Logicamente, é mais conhecida a outra vertente – a europeia – deste delineamento semiótico, porque pode ser documentada com profusão dado o carácter literário da cultura europeia daquele tempo, que acabava de entrar, aliás, na chamada por Marshall McLuhan “Galáxia Gutenberg”. Em 1949 apareceu em inglês *Books of the Brave*, de Irving A. Leonard, que foi traduzido dez anos depois no México com o título de *Los libros del Conquistador*. Segundo demonstra esta obra imprescindível, a literatura cavaleiresca fazia parte da bagagem cosmovisionária dos primeiros espanhóis que chegaram à América, e a percepção que tiveram de tão insólito mundo como foi aquele para todos eles esteve, desde o princípio, condicionada pelo horizonte imaginativo dos Amadises, Floriséis e Belianises. Não faltam testemunhos disto em Bernal Díaz del Castillo, quando escreve, ao referir a primeira impressão que a capital azteca produziu em Cortés e os seus: «nos quedamos admirados, y decíamos que parecía a las cosas de encantamiento que cuentan en el libro de Amadís». Mas o cume desta maridança entre a fábula europeia e a realidade americana produz-se no topónimo Califórnia, que por volta de 1510 aparece em *Las Sergas de Esplandián*. Com efeito, esta continuação do *Amadis de Gaula*, que narra as aventuras do seu rebento, inclui um longo episódio em que intervêm as aguerridas amazonas que, a mando da rainha Caláfia, chegam das ilhas de Califórnia para combaterem ao lado dos turcos. E no sétimo livro da dita série cavaleiresca, o *Lisuarte de Grecia*, reaparecerá esta coorte californiana, agora do braço dos cristãos.

O historiador Juan Gil (1989: t. II, 73 e ss.) no seu estudo sobre os *Mitos y utopías del Descubrimiento*, explica o processo de identificação pelo qual a península do Pacífico passou a receber o seu nome. No romance de cavalarias diz-se «a la diestra mano de las Indias hubo una isla, llamada California, muy llegada a la parte del Paraíso Terrenal, la cual fue poblada de mujeres negras, sin que algún varón entre ellas hubiese», e estes dados vêm a coincidir com algumas notícias dispersas e a própria situação geográfica do que anteriormente tinha sido denominado como Nova Espanha ou Nova Galiza.

Além das referências de primeira mão que o livro de Leonard proporciona, é surpreendente a modernidade teórica e semiológica das suas fundamentações, pois o que a ele realmente lhe interessa é a subtil influência da literatura nos factos humanos, que é justamente o que a nossa rediviva Pragmática nos pode ajudar a recuperar, após o deserto do imanentismo e o limbo da desconstrução. Assim, pesquisa «la posible influencia de una forma popular de literatura sobre la mente, la conducta y los actos de sus contemporáneos españoles en el siglo XVI» (Leonard: 1959, 10), convencido de que «los sedentarios novelistas de España, Portugal y Francia no calcularon hasta qué extremo serían responsables de la conquista del Nuevo Mundo» (Leonard: 1959, 59). Esta obra impagável propõe, por alturas do ano de 1949, o da sua publicação original em inglês, um tema de tanta actualidade como é o da interacção entre o fictício e o real ou histórico.

Precisamente nesse ano de 1949, Alejo Carpentier publicava *El reino de este mundo*, cujo prólogo, chamado a adquirir o valor de autêntico manifesto do novo

romance ibero-americano, expõe a sua teoria de “lo real maravilloso”. Lembra ali Carpentier, como veremos depois, evidências que não estão a mais nos nossos debates actuais: que, definitivamente, isso que chamamos realidade não é mais do que uma construção mental variável de uma época para outra, conforme a concepção do mundo imperante em cada uma delas. Entramos, assim, no âmbito estético do “realismo mágico” ou “maravilhoso”, que tem a sua origem no livro de Franz Roh *Nach-Expressionismus (Magischer Realismus)* aparecido em 1925 e imediatamente traduzido para castelhano. Caracteriza-se ali a arte pós-expressionista como partícipe de um novo objectivismo, revelador desde o concreto dos mistérios que a realidade entesoura. Após um certo desprestígio sofrido, por causa de certas aplicações imprecisas e teoricamente confusas, por este conceito de realismo, nos anos oitenta assistimos a uma reivindicação da sua operatividade. Assim, em 1985 Amaryl Beatrice Chanady advogou por uma clara delimitação entre “realismo mágico” e literatura fantástica.

Certo é que tanto no “realismo mágico” como na literatura fantástica o discurso apresenta no seu conteúdo diegético dois planos perfeitamente diferenciáveis, o plano do natural e o do sobrenatural. Muda, no entanto, o modo como ambos os planos se relacionam entre si. A antinomia irredutível do fantástico resolve-se em harmonia por causa do tratamento formal próprio do “realismo mágico”. O irreal não é, assim, apresentado como problemático, de modo que não desconcerte o leitor, em virtude daquele princípio de ouro promulgado num dos capítulos metanarrativos de *El Quijote* (I, 47): «Hanse de casar las fábulas mentirosas con el entendimiento de los que las leyeren, escribiéndose de suerte que, facilitando los imposibles, allanando las grandeszas, suspendiendo los ánimos, admiren, suspendan, alborocen y entretengan, de modo que anden a un mismo paso la admiración y la alegría juntas».

Desta maneira, possui grande interesse para o nosso tema o livro publicado em português em 1980 por Irlemar Chiampi, que, para neutralizar a imprecisão terminológica e teórica de que padecia o conceito, volta a um dos documentos mais destacados da sua fase constitutiva.

Estou a referir-me, decerto, ao já citado prefácio que Alejo Carpentier escreveu para o seu romance *El reino de este mundo*. Embora a primeira edição da obra seja de 1949, o texto tinha sido antecipado pelo autor num jornal de Caracas no ano anterior, e depois terá sido inserido num ensaio mais extenso do seu autor, «De lo real maravilloso americano» (Carpentier: 1967). A estadia do romancista em Haiti, quando tencionava documentar-se para a redação de *El reino de este mundo*, fez com que entrasse em contacto com o que ele chama “o *real maravilhoso*”, que afinal não lhe parece “privilegio único” do país antilhano, mas “patrimonio de la América entera”. E segue uma definição do seu romance em termos semelhantes aos de Franz Roh: em *El reino de este mundo* «se narra una sucesión de hechos extraordinarios, ocurridos en la isla de Santo Domingo, en determinada época que no alcanza el lapso de una vida humana, dejándose que lo maravilloso fluya libremente de una realidad estrictamente seguida en todos sus detalles».

A revisão destas ideias de Carpentier parece-me de máxima rentabilidade de duas perspectivas: em primeiro lugar, pela inescusável ligação que estabelece entre tal forma de fazer literatura representativa ou mimética e uma determinada realidade empírica, geográfica, histórica, cultural e humana, o que evita, desde o autorizado testemunho do artista criador, essa absurda desconexão entre a ordem do real e a do literário a que têm conduzido os excessos do formalismo teórico e crítico. E, em segundo termo, pelo reconhecimento de uns precedentes de sumo interesse na série literária narrativa para o romance ibero-americano do “real maravilhoso”.

Efectivamente, Carpentier recorda, como já comentámos, que o que chamamos “realidade” é uma construção mental e culturalmente socializada que varia de uma época para outra. Assim, em pleno século XVII, enquanto a vanguarda intelectual lutava por difundir as luzes da razão, “unos cuerdos españoles, salidos de Angostura”, lançaram-se ainda à procura de El Dorado e o compostelano Francisco Menéndez buscava por terras da Patagónia a Cidade Encantada dos Césares. Porém, o mais significativo para as nossas intenções é a menção que Carpentier faz de uma narrativa concreta em que uma concepção semelhante – embora anterior – do mundo configura ao mesmo tempo a forma do texto e a resposta do leitor: a tradição que desde o *Amadis de Gaula* e o *Tirant lo Blanc* nos leva até ao próprio *Quixote*, passando por outro texto de Cervantes que recupera a esteira dos primitivos romances bizantinos: *Los trabajos de Persiles y Sigismunda*.

De facto, este fascinante fenómeno literário depende sobretudo de um conjunto coerente de recursos compositivos, estilísticos e formais, tal como apontava já Cervantes no famoso parágrafo do capítulo 47 da primeira parte do *Quijote*, de maneira que a lógica do sistema escritural se mantém estrita inclusive – e sobretudo – quando a lógica do mundo referencial é subvertida. E assim, o terminante tom assertivo da narração é uma das marcas mais ostensivas dessa intencionalidade, consistindo em fazer legíveis as *mirabilia* como *naturalia*. É fundamental, todavia, a estratégia de desnaturalizar o real e naturalizar o insólito.

Mas nem tudo é fruto da forma. Também importa o próprio estímulo de uma realidade tão característica como a americana. Quando dizemos, com Carpentier, que a América é o mundo do real maravilhoso, para cuja descrição os primeiros europeus chegados ao novo mundo reconheceram não dispor de palavras suficientes e precisas, indicamos, mais do que um referente empírico, uma elaboração, simultaneamente imaginística e intelectual, sobre ele (o que na teoria do signo de Peirce, ratificada pelo próprio Umberto Eco, é o *interpretante*, ou instância de intermediação entre signo e referente). Falamos pois de autênticas “unidades culturais” ou “ideologemas”, entendidas como sistemas semânticos dentro de um código de determinadas convenções. Para Irlemar Chiampi, que sistematiza certeiras intuições do prólogo de Carpentier, duas são as unidades culturais operantes no caso da romancística ibero-americana dos últimos decénios: o ideologema “de crónica” ou “de maravilha”, que parte das primeiras visões do novo mundo dadas por escrito, e, complementarmente, o ideologema “do mestiçamento”, derivado desse espaço de fusão do heterogéneo, de síntese de tradições, de amálgama de raças e culturas dispareces que é a América.

Interessa-nos em especial o primeiro destes dois ideologemas que Chiampi (1980, 99) explica em termos muito semelhantes aos de Stephen Greenblatt (1991) no seu livro já comentado. Neste sentido, tem razão a autora brasileira quando, arremedando o título de um controvertido livro de Edmundo O’Gorman (1958) afirma que a América não foi descoberta, mas inventada. O mesmo – permitir-me-ia acrescentar eu – poderia dizer-se da realidade, de toda a realidade, objecto de construção constante pela nossa parte. América como um “Reino das Maravilhas”, quando não como Quimera, Arcádia ou Utopia.

Os primeiros europeus chegaram à América, como Irving A. Leonard nos demonstrou, imbuídos de fantasias cavaleirescas; muito cedo, de facto, a criação literária europeia acusa a influência da maravilha descoberta no outro lado do Atlântico, com o que o *feedback* entre realidade e ficção, ou entre ficção e realidade, se completa. Provavelmente o melhor testemunho do que digo é a comédia escrita entre 1596 e 1603 por Lope de Vega Carpio e intitulada *El Nuevo Mundo descubierto por Cristóbal Colón* (Lope: 1980).

Trata-se, com certeza, de uma obra propagandística e apologética, em que, no entanto, se delineia, como já tinha ocorrido na nossa poesia moral, o tema da cobiça como móbil dos conquistadores. Porém, interessa-nos agora outro aspecto verdadeiramente singular nesta comédia lopesca, que lhe confere um certo ar alegórico, como de auto sacramental. Estou a referir-me à sua *dramatis personæ* onde figuram a Providência, a Religião Cristã e a Idolatria, junto com um Demónio e as personagens históricas dos Reis Católicos, Cristóbal e Bartolomeu Colombo, os Reis de Portugal e de Granada, o Grande Capitão, os Duques de Medinaceli e Medinasidonia, para além dos índios Dulcanquellín, Tapirazú, Tacuana, Auté, entre outros. Mas junto deles exerce um papel fundamental nem mais nem nada menos que a Imaginação, representada como “una figura vestida de muchos colores”. É ela quem, quando Colombo duvida da causa da recusa inicial que os seus projectos recebem por parte de todos, o leva pelo ar perante o trono da Providência, sentada entre a Religião cristã e a Idolatria. E a Providência resolve o asunto com estes versos: «Ve, Imaginación, con él/ donde el rey Fernando está» (vv. 814-815). Então Colombo, após aduzir em seu apoio os versos da *Eneida* que falam de «una tierra fuera del camino/ del sol y las estrellas, donde Atlante/ arrimaba sus hombros a su fuego», apostrofa com redobrada energia cépticos como o Contador dos Reis Católicos, esgrimindo estes argumentos:

«Creed que son las Indias que yo busco;  
creed que hay gentes, plata, perlas y oro,  
animales diversos, varias aves,  
árboles nunca vistos y otras cosas;  
yo sé que el cielo anima mi propósito,  
y mi imaginación levanta al cielo» (vv. 918-923).

Determina-se, pois, a origem do descobrimento como uma luta entre a imaginação fecunda, que não admite fronteiras, e os filtros da credibilidade racionalista, tensão que é característica, como bem sabemos, desse trânsito entre o medieval e o moderno, entre a Era Teológica e a Era Positiva que se está a cumprir pelos anos de 1492. O Rei de Portugal tinha despedido o Almirante dizendo-lhe: «Vete, Colón, y en Castilla,/ que se creen fácilmente/ les cuenta esa maravilla,/ que en Portugal no has de hallar/ más crédito ni lugar» (vv. 195-198). Mas inclusive no começo do segundo acto, já nas caravelas, Arana, um dos marinheiros rebeldes, increpa-lo-á deste modo: «¿Adonde está el Nuevo Mundo,/ fabricador de embelecos/ y Prometeo segundo?/ (...) ¿Qué es de la tierra no vista/ de tu engañosa conquista?» (vv. 997-1000 e 1003-1004). O final feliz, com o regresso de Colombo acompanhado de signos fidedignos da insólita terra descoberta, é fechado com este parlamento do Rei Fernando que tão bem se compadece com a argumentação geral que estamos a desenvolver:

«Quien supo, quien hizo tanto,  
merece aplauso decente.  
Por monstruo y por maravilla  
sin primero ni segundo,  
le vea el mundo, pues dio un mundo  
a los Reyes de Castilla» (vv. 2826-2831).

Além desse feliz conceito de Irlemar Chiampi – refiro-me ao “ideologema de maravilha” que ela encontra na base da narrativa ibero-americana actual e que os citados últimos versos de Lope corroboram –, existe outra linha de investigação muito

ambiciosa, actualmente em curso, sobre os componentes utópicos da historiografia americana. Mas os seus resultados transcendem o objectivo de partida, e introduzem-nos em pleno na problemática das conexões entre história e ficção, entre realidade e mito, além de ilustrar-nos sobre esse sincretismo cultural que constitui o legado menos controvertido e não menos fecundo da descoberta.

Com efeito, o processo que rasteiam investigadores como Roberto González Echevarría (1990), Rosa Pellicer (1991), Juan Gil (1989), Catherine Poupeney Hart (1991), Walter Mignolo (1981), Beatriz Pastor (1983), Enrique Pupo Walker (1982) ou Fernando Ainsa (1992), entre outros, parte da projecção sobre o novo mundo de velhos mitos bíblicos, da Antiguidade clássica ou da Idade Média, como por exemplo o lendário reino do Preste João, enclave cristão em África além dos domínios do Islão, ou as terras de Társis e Ofir, fastosas de tesouros como possuidoras das Minas do Rei Salomão. Em 1526 Sebastião Caboto parte de Espanha com o propósito de alcançar aqueles empórios, e já na América envia catorze dos seus homens comandados por Francisco César em direcção ao noroeste com o mesmo objectivo.

A expedição resulta num sucesso, porque os comissionados regressam afirmando a existência de terras com «tanta riqueza que era maravilla, de oro e plata e piedras preciosas e otras cosas». Baseiam-se para isto... no testemunho duns índios amáveis encontrados nas pampas de San Luis e Mendoza. Começa assim o surpreendente processo de credibilidade – pragmaticamente diríamos de eficácia perlocutiva – pelo qual pessoas sisudas e sérias se lançam com risco das suas vidas atrás de quimeras fundadas em puros testemunhos orais. Rabelais, em *Gargantua et Pantagruel* (*Cinquième Livre*, chap. XXX) satirizá-lo-á com sanha mediante a figura de *Ouvi-dizer* (*Ouy-dire*), aquela espécie de monstro linguareiro, que não pode ver nem mover-se mas que convence com a sua lábia os sábios que no mundo foram, desde Heródoto, Plínio e Estrabão, até Marco Polo e Fierre Testemoing, cópia de Pedro Mártir de Angleria.

Neste contexto não resultará hiperbólica a afirmação que faz Jorge Lozano: «hoy se puede sostener que el estatuto histórico de un hecho lo decide su pertenencia a una narración» (Lozano: 1987, 11; e também, 113 e ss.). São as mesmas ideias, muito difundidas, do autor dum famoso livro de 1973, *Metahistory. The Historical Imagination in the Nineteenth-Century Europe*. Refiro-me a Hayden White, para quem a escrita da História é um meio de produção de significado, com a presença do que R. G. Collingwood chamava a “imaginação construtiva”. E assim conclui White (2003, 130): «Las historias, entonces, no versan sólo sobre acontecimientos, sino también sobre los posibles conjuntos de relaciones que puede demostrarse que esos acontecimientos representan. Esos conjuntos de relaciones no son, sin embargo, inmanentes a los acontecimientos mismos; existen sólo en la mente del historiador que reflexiona sobre ellos. Están presentes como modos de relaciones conceptualizadas en el mito, la fábula, el folklore, el conocimiento científico, la religión y el arte literario de la propia cultura del historiador».

O sobrenome de tão crédulo capitão como foi Francisco César, do qual falávamos há pouco, dá nome desde então à “Cidade dos Césares”, que se consolida no mapa da ambição e do referente imaginário dos espanhóis por outros condutos (especialmente, o naufrágio no estreito de Magalhães da armada do bispo de Plasença em 1540 e a tradição chileno-peruana dos chamados “Césares índios”). Mas chega a adquirir, inclusive, carta de natureza política quando em 1589 o cabido de Córdoba de Tucumán nomeia D. Gonzalo de Ábrego governador da Cidade dos Césares que ainda não tinha aparecido, e em 1642 a Corte de Madrid ordena às suas autoridades do Rio da Prata que exijam «el pago de un tributo a los moradores de esa rica ciudad austral»...

Nunca se retrocedeu no empenho de encontrá-la, e só numa data tão serôdia como 1783, mercê com toda a certeza do influxo das luzes da Razão, o cabido de Santiago do Chile se nega a dar dinheiro ao aventureiro Manuel José de Orejuela porque já se generalizou a convicção de que «no hay, como se vocea por la tradición, en la parte austral de Chile tales Césares».

Encerrado este ciclo explorador, surge a mitificação. Como afirma Fernando Aínsa (1992), «al no poder ser un lugar repertoriado en la geografía americana, la Ciudad de los Césares se convirtió en topos arquetípico del imaginario» (Aínsa: 1992, 51), muito fácil de combinar com outras ideações fabulosas como a Idade de Ouro, Jauja, as Sete Cidades ou o Paraíso Perdido. Já não se enviam expedições para conquistá-la, como a patética do jesuíta italiano Nicolás Mascardi, que durante vários anos vaga pela Patagónia até encontrar a morte em 1671 em mãos de índios hostis. Simplesmente escrevem-se crónicas imaginativas que se tornam suspeitas, paradoxalmente, pela precisão e a minúcia das suas descrições; pelo uso e abuso da figura que a velha Retórica denomina “evidentia”. A Relação do Capitão Don Ignacio Pinuer representa, em 1774, o exemplo mais notável deste segundo passo, ao qual não demorará a somar-se o da transformação da já mítica Cidade dos Césares, também conhecida como Trapalanda, num modelo utópico, mediante o qual a descrição das felizes condições de vida de que desfrutavam os seus naturais se projecta como um modelo digno de ser imitado pelos concidadãos de, por exemplo, um James Burgh, que publica em inglês, por volta de 1764, *Un relato de la Colonización, de las Leyes, Formas de Gobierno y Costumbres de los Césares, un pueblo de Sudamérica...* Fernando Aínsa não desatende, finalmente, o porto de chegada de todo este pérriplo que, da história, visita os reinos da lenda, o mito e a utopia: o romance propriamente dito. Uma vez mais encerra-se o círculo que da ficção vai à realidade ou à historia e dela regressa. Não menciona, por certo, a referência de Alejo Carpentier no seu prólogo de 1949, tão significativa pelo lugar e pelo momento da sua enunciação, mas ilustra-nos com a sobrevivência desta criação imaginária na obra narrativa do argentino Roberto J. Payró, em *La Ciudad de los Césares* (1936) do chileno Manuel Rojas, em *Pacha Pulai* (1938) de Hugo Silva, e na excelente crónica intitulada «La ciudad encantada» que Manuel Mujica Láinez incluiu em *Misteriosa Buenos Aires*.

Porque, no fim de contas, este percurso apressado e forçosamente esquemático através dos signos que, desde 1492, chegam até hoje apresenta-nos uma prova incontrovertível de que a realidade, como a História, também se pode construir, e de que a imaginação e a escritura em geral – criadora e suporte, respectivamente, dos signos mais poderosos – possuem desde o antigo essa prodigiosa faculdade.

**Bibliografia**

- AÍNSA, F.  
1992, *Historia, utopía y ficción de la Ciudad de los Césares. Metamorfosis de un mito*, Madrid, Quinto Centenario / Alianza Editorial.
- CARPENTIER, A.  
1949, *El reino de este mundo*, México, Ediapsa.
- CARPENTIER, A.  
1967, *Tientos y diferencias*, Montevideo, Arca.
- CHANADY, A. B.  
1985, *Magical Realism and the Fantastic. Resolved versus Unresolved Antinomy*, New York / London, Garland Pub. Inc.
- CHIAMPI, I.  
1980, *O Realismo Maravilhoso. Forma e ideologia no romance hispano-americano*, São Paulo, Perspetiva.
- DÍAZ DEL CASTILLO, B.  
1989, *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España*, Madrid, Quinto Centenario / Alianza Editorial.
- ECO, U.  
1992, *Los límites de la interpretación*, Barcelona, Lumen.
- GIL, J.  
1989, *Mitos y utopías del Descubrimiento. I. Colón y su tiempo. II. El Pacífico. III. El Dorado*, Madrid, Alianza Universidad.
- GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, R.  
1990, *Myth and Archive. A Theory of Latin American Narrative*, Cambridge, Cambridge University Press.
- GREENBLATT, S.  
1991, *Marvelous Possessions. The Wonder of the New World*, Oxford, Clarendon Press.
- LEONARD, I. A.  
1959 (1.<sup>a</sup> ed., 1949), *Los libros del Conquistador*, México, F.C.E.
- LOZANO, J.  
1987, *El discurso histórico*, Madrid, Alianza Editorial.
- MIGNOLO, W.  
1981, «El metatexto historiográfico y la historiografía india», in *Modern Language Notes*, 96, 2, pp. 358-402.
- O'GORMAN, E.  
1958, *La invención de América. El universalismo de la cultura de Occidente*, México, F.C.E.
- PASTOR, B.  
1983, *Discurso narrativo de la conquista de América*, La Habana, Casa de las Américas.

---

PELLICER, R.

1991, «La 'maravilla' de las Indias», in *Edad de Oro*, X, pp. 141-154.

POUPENEY HART, C.

1991, «La Crónica de Indias entre 'historia' y 'ficción'», in *Revista Canadiense de Estudios Hispánicos*, XV, 3, pp. 503-515.

PUPO-WALKER, E.

1982, *Historia, creación y profecía en los textos del Inca Garcilaso de la Vega*, Madrid, J. Porrúa Turanzas.

TODOROV, Tz.

1982, *La conquête de l'Amérique. La question de l'autre*, Paris, Seuil.

328  
VALLE-INCLÁN, R. del

1988, *Sonata de primavera. Sonata de estío*, Madrid, Espasa-Calpe.

VEGA, Lope de

1980, *El Nuevo Mundo descubierto por Cristóbal Colón*, edição de J. Lemartinel e Ch. Minguet, La Madeleine-lez-Lille, Presses Universitaires de Lille.

VILLANUEVA, D.

1991, «Historia, realidad y ficción en el discurso narrativo», in *Revista Canadiense de Estudios Hispánicos*, XV, 3, pp. 489-502. Recolhido em *El polen de ideas. Teoría, crítica, historia y literatura comparada*, Barcelona, PPU, 1991.

WHITE, H.

2003, *El texto histórico como artefacto literario y otros escritos*, introd. de Verónica Tozzi, Barcelona / Buenos Aires / México, Ediciones Piados / I.C.E. de la Universidad Autónoma de Barcelona.

ZAVALA, I. M. (compiladora)

1992, *Discursos sobre la 'invención' de América*, Ámsterdam / Atlanta, GA.